

Os planos gerontológicos como instrumentos de apoio a políticas locais de envelhecimento. O caso de Idanha-a-Nova.



**Maria João
Guardado
Moreira**

Professora
Coordenadora;
Escola Superior
de Educação
do Instituto
Politécnico de
Castelo Branco
Coordenadora
da equipa do
IPCB do Plano
Gerontológico
mjgmoreira
@ipcb.pt



Vítor Pinheira

Professor Adjunto;
Escola Superior de
Saúde Dr. Loppes
Dias do Instituto
Politécnico de
Castelo Branco
vpinheira@ipcb.pt

1. Os planos gerontológicos

As alterações demográficas e socioculturais ocorridas em Portugal nas últimas décadas deram origem ao aumento do peso relativo dos idosos no total da população, embora com dinâmicas territoriais desiguais, e ao aumento das necessidades de sistemas de proteção e de serviços de cariz social que respondam às necessidades específicas deste grupo etário.

Até porque as mudanças ocorridas na estrutura familiar e nas relações entre gerações têm vindo a limitar o papel tradicional dos cuidadores informais. Neste contexto de mudança, os desafios da longevidade e do envelhecimento poderão assim constituir-se como uma oportunidade, obrigando a uma nova forma de gestão das idades. Também as melhorias verificadas na qualidade de vida, a par de um novo discurso sobre o envelhecimento, podem vir a alterar a forma como a sociedade e os

próprios idosos se posicionam no conjunto do sistema social. Assim, o aumento das pessoas que chegam à idade da reforma mais saudáveis e com necessidades e aspirações diferentes torna necessário o desenvolvimento de programas que promovam a sua integração, participação e implicação na vida local e no desenvolvimento dos territórios. É, por isso, necessário estar atento às necessidades da população idosa, mas também a esta mudança de paradigma e às necessidades dos futuros idosos. As instituições, organizações e comunidade em geral, têm, portanto, que ter os conhecimentos e as competências necessárias para o desenvolvimento de programas inovadores que promovam a integração e participação dos mais velhos.

Justifica-se, portanto, a análise da forma como as comunidades lidam

com os processos de envelhecimento, de modo a poder definir estratégias que possibilitem não apenas o bem-estar e autonomia das pessoas idosas, mas também a sua integração e participação no desenvolvimento dos territórios. Aos decisores regionais cabe a responsabilidade estratégica de delinear uma política de envelhecimento territorial que envolva todos os intervenientes, quer os destinatários, quer as organizações e instituições da região (Jahan, Leclair, 2010; Bárrios, Fernandes, 2014; Barbosa, Feio, Fernandes, Thorslund, 2016), e que responda aos desafios relacionados com o alojamento, saúde, dependência, coesão social, solidariedade intergeracional, promoção de um envelhecimento ativo.

É, por isso, essencial conhecer os processos de envelhecimento, analisando a importância da planificação e definição de uma política gerontológica territorial que envolva todos os intervenientes, na linha das recomendações da OMS *"In all countries, and in developing countries in particular, measures to help older people remain healthy and active are a necessity, not a luxury. These policies and programmes should be based on the rights, needs, preferences and capacities of older people"* (OMS; 2002:8).

Numa sociedade e região envelhecidas, a elaboração de um Plano Gerontológico Concelhio, que permita a definição de políticas sociais estratégicas, assentes nas reais necessidades da população idosa, promovendo a colaboração interinstitucional e o desenvolvimento de ações de participação social deste grupo etário, enquadre o envelhecimento ativo das populações, bem como a rentabilização dos recursos e equipamentos, afigura-se como determinante para a qualidade de vida das pessoas idosas e da restante comunidade.

2. Da elaboração de uma proposta ao trabalho de campo – O caso do Concelho de Idanha-a-Nova

Durante o ano de 2016 começaram a delinear-se propostas para a elaboração de planos gerontológicos municipais, resultantes de um grupo de trabalho do IPCB, constituído por docentes da ESE e da ESALD. Estas propostas foram sendo adequadas às expectativas e necessidades de algumas Câmaras Municipais da região, num trabalho que envolveu o grupo de docentes do IPCB, o Presidente do IPCB, Presidentes das autarquias de Idanha-a-Nova e de Oleiros e técnicos destas autarquias. Este processo

de trabalho prévio culminou com a assinatura de dois protocolos entre o IPCB e as Câmaras Municipais de Idanha-a-Nova e a de Oleiros, que ocorreu a 4 de novembro de 2016, nas celebrações do 36^a aniversário do IPCB. Na sequência desta assinatura foram agendadas reuniões de trabalho, que neste momento apenas estão a decorrer com o município de Idanha-a-Nova, com o objectivo de operacionalizar os trabalhos. Esta fase tornou-se determinante no ajuste da proposta do IPCB ao trabalho anterior já desenvolvido pela autarquia e na definição de grupos de trabalho com tarefas específicas, constituídos por elementos das duas entidades. Este trabalho e os grupos definidos foram apresentados publicamente em Idanha-a-Nova, em 21 de fevereiro, numa reunião pública nos Paços do Concelho, para a qual foram convidados Juntas de Freguesia, responsáveis de IPSS's e de associações locais, entre outros. Neste momento, e até ao final do mês de maio, estão a decorrer entrevistas à população, repartidas em dois grandes grupos (50-64 anos e maiores de 65 anos) em todas as freguesias do concelho de Idanha-a-Nova, passando por cerca de 20 localidades. Estas entrevistas (cerca de 400) permitirão recolher dados sobre

as necessidades e expectativas da população sobre o seu envelhecimento e apresentam uma característica inovadora relativa a outros planos gerontológicos já realizados em Portugal (Ver caixa 1). Participam nos trabalhos de campo os alunos do 1º ano do Mestrado em Gerontologia Social e ainda alguns alunos de licenciaturas da ESE e da ESALD. O envolvimento destes alunos, de vários cursos e anos, tem-se revelado uma mais-valia, quer para o processo de trabalho (impossível sem a sua colaboração), quer para o seu envolvimento na aprendizagem: torna-se possível fortalecer a ligação de conhecimentos teóricos e práticos em diversas tarefas, desde a construção de guiões de entrevista, elaboração de check-lists, realização de pré-testes de instrumentos, verificação de condições no terreno, participação no tratamento de dados, etc. Ainda durante os meses de maio e junho será realizado o restante trabalho de campo desta fase (entrevistas a responsáveis de organizações locais). A partir dos dados recolhidos entre julho e setembro será preparado um documento inicial de recomendações e orientações que será objecto de discussão pública da população (Ver caixa 2) após o que será elaborada a proposta final a apresentar à autarquia.

Caixa 1

Plano Gerontológico de Idanha-a-Nova:

Uma amostra que permite o aprofundamento da investigação

As entrevistas à população do concelho de Idanha-a-Nova distribuem-se em dois grandes grupos populacionais. Estes grupos (dos 50-64 anos, $n = 120$; maiores de 65, $n = 280$) constituem uma amostra representativa da população do concelho, estratificada por grupos etários quinquenais, sexo e freguesia. Pela primeira vez em Portugal um plano gerontológico tem por base uma amostra representativa, metodologicamente estruturada cujos resultados em termos de investigação aplicada vão permitir, por um lado, o desenvolvimento do conhecimento e, por outro, a sua transferência para o território. Decorrente desta metodologia, a elaboração de alguns trabalhos finais de mestrado de alunos do Mestrado em Gerontologia Social é outro dos resultados esperados.

Caixa 2

Um processo duplamente participativo da população do concelho

A construção do Plano Gerontológico de Idanha-a-Nova baseia-se na informação recolhida junto da população através dos questionários, atualmente a decorrer em todo o concelho. Obviamente serão também ouvidos responsáveis de instituições e organizações locais, bem como um grupo de consultores constituído por quadros qualificados residentes no concelho que, em muitos casos, estiveram ligados a instituições de ensino superior, em particular ao IPCB. No entanto, é entendimento do grupo de trabalho que coordena o processo, que as recomendações e propostas não sejam apenas resultado de uma análise da informação recolhida inicialmente. Nesse sentido, antes de finalizar os trabalhos com a entrega do Plano Gerontológico aos responsáveis da autarquia, as recomendações e propostas elaboradas na fase inicial serão apresentadas à população em todas as freguesias, para audição pública prévia. É nosso objetivo que a elaboração do trabalho final resulte de um processo participativo, envolvendo todos os atores locais. O envelhecimento ativo exige a participação social que assim pretendemos potenciar, como chave para o sucesso do próprio Plano Gerontológico.

Em síntese, podemos afirmar que a metodologia que está a ser desenvolvida na elaboração do Plano Gerontológico do concelho de Idanha-a-Nova cruza a produção de conhecimento com a intenção de provocar mudança social. Partindo da problemática do envelhecimento, e de como os territórios e as comunidades lidam com este fenómeno, orienta-se para a identificação e problematização, integrando dimensões participativas, de modo a implicar os atores (organizacionais e da comunidade) na apreciação das propostas (audições com parceiros e população) que enquadrem estratégias e práticas inovadoras.

De relevar ainda a importância deste projecto no que diz respeito à intervenção do IPCB no território, através da transferência do conhecimento produzido na área do envelhecimento, permitindo fortalecer a investigação nesta área. Consolida-se, portanto, o caminho para o desenvolvimento de um centro de excelência de estudos sobre o envelhecimento, numa perspectiva investigativa - reforçando as linhas de investigação que se têm vindo a delinear, nomeadamente no quadro do Mestrado em Gerontologia Social -, mas também interventiva e de apoio às instituições e organizações.

Referências bibliográficas

- Barbosa, C., Feio, P., Fernandes A., Thorslund, M. (2016) Governance strategies to an ageing society – local role in multi level processes, *Journal of comparative politics*, 9, 1, 4-18
- Bárrios, M.J., Fernandes, A. (2014) A promoção do envelhecimento ativo ao nível local: análise de programas de intervenção autárquica, *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 3 2(2):188–196
- Jahan, F., Leclair, M. (2010) *Le projet gérontologique territorial: un défi pour les élus locaux*, Toulouse: Érès
- World Health Organization (2002). *Active ageing: A policy framework*. Geneva: WHO